

DESAFIOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE NA AGRICULTURA FAMILIAR

THE CHALLENGES OF HEALTH SURVEILLANCE IN FAMILY FARMING

Maria Layana Nunes de Oliveira¹, Anubes Pereira de Castro²

¹Mestranda em Gestão e sistemas Agroindustriais - PPGSA pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Pombal-PB. E-mail: layoliveiraaa@gmail.com ORCID: 0000-0001-8947-5034

²Doutora em Saúde Pública pelo Ensp/Fiocruz. Docente na Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: anubescastro@gmail.com. ORCID: 0000-0002-3795-5666

RESUMO: A vigilância em saúde na agricultura familiar enfrenta uma série de desafios que impactam tanto os trabalhadores quanto a produção agrícola. Esse setor, responsável por grande parte dos alimentos consumidos pela população, está exposto a diversos fatores de risco, como o uso inadequado de agrotóxicos, condições precárias de trabalho, e a falta de acesso a serviços de saúde e orientações sobre práticas seguras. Este estudo busca identificar os principais obstáculos enfrentados pelos agricultores familiares, analisando as condições de saúde, a exposição a riscos ambientais e ocupacionais, e as políticas públicas voltadas para a promoção da saúde no campo. Ao entender esses desafios, espera-se contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de vigilância em saúde que garantam um ambiente de trabalho seguro e saudável para os agricultores, promovendo a sustentabilidade do setor e o bem-estar das comunidades rurais.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Vigilância em Saúde. Saúde Rural.

ABSTRACT: Health surveillance in family farming faces a series of challenges that impact both workers and agricultural production. This sector, responsible for a significant portion of the food consumed by the population, is exposed to various risk factors, such as improper pesticide use, poor working conditions, and limited access to healthcare services and guidance on safe practices. This study aims to identify the main obstacles faced by family farmers, analyzing health conditions, exposure to environmental and occupational risks, and public policies focused on promoting health in rural areas. By understanding these challenges, the study seeks to contribute to the development of more effective health surveillance strategies that ensure a safe and healthy working environment for farmers, promoting the sustainability of the sector and the well-being of rural communities.

Keywords: Family Farming. Health Surveillance. Rural Health.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um setor crucial para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural sustentável, responsável por grande parte da produção de alimentos consumidos localmente e contribui diretamente para a geração de emprego e renda em áreas rurais. Caracterizada pela predominância de mão de obra familiar e pequenas propriedades, a agricultura familiar no Brasil representa cerca de 77% dos estabelecimentos agrícolas e

responde por mais de 50% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, incluindo produtos como feijão, mandioca e hortaliças (Leite e Leite, 2022)

Apesar de sua relevância econômica e social, esse setor enfrenta desafios significativos, como o acesso limitado a crédito, recursos técnicos e políticas públicas adaptadas às suas especificidades. Políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) buscam apoiar esses produtores, incentivando a produção sustentável e a inclusão de produtos locais em compras públicas, mas ainda há barreiras para a plena implementação dessas políticas (Maciel, Troian, Oliveira, 2022)

A vigilância em saúde na agricultura familiar enfrenta diversos desafios que refletem a complexidade do setor e a importância de uma abordagem integrada nas políticas públicas. Apesar do reconhecimento da agricultura familiar como essencial para a segurança alimentar e a promoção da saúde, as políticas voltadas para essa área frequentemente apresentam lacunas na sua implementação. Isso se deve, em parte, à fragmentação dos serviços de saúde, que dificultam a articulação entre vigilância, atenção básica e outros serviços de saúde, resultando em uma resposta ineficaz às necessidades da população rural (Teixeira, 2022).

Embora existam programas governamentais que buscam fortalecer a inclusão dos produtos da agricultura familiar nas compras institucionais, as dificuldades para cumprir as regulamentações sanitárias ainda limitam o potencial desses agricultores. É imperativo que se amplie o diálogo entre as políticas de saúde e as práticas de produção, visando garantir que as iniciativas não apenas atendam à demanda por alimentos saudáveis, mas também promovam a saúde dos trabalhadores e a segurança alimentar de forma eficaz (Cintrão, 2017).

METODOLOGIA

Este estudo é de natureza descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa, e baseia-se exclusivamente em revisão bibliográfica e análise documental de programas e políticas públicas. A pesquisa foi conduzida em duas etapas principais: a revisão de literatura e a análise crítica de programas governamentais, sem a necessidade de coleta de dados em campo ou entrevistas.

Um estudo descritivo tem como objetivo principal descrever características de uma população ou fenômeno específico, sem interferir ou manipular as variáveis em estudo. Ele busca identificar e detalhar aspectos relevantes, como o perfil de um grupo, suas características demográficas, comportamentais ou sociais. Esses estudos não se preocupam em determinar relações de causa e efeito, mas sim em oferecer uma visão abrangente e detalhada do objeto de análise. De acordo com Gil (2008), os estudos descritivos "têm como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis" .

Já um estudo exploratório é utilizado quando o tema de pesquisa é pouco conhecido ou investigado. Seu propósito é proporcionar maior familiaridade com o problema, aprimorar conceitos e hipóteses, ou até identificar novos fenômenos. Esses estudos costumam ser conduzidos nas fases iniciais de uma investigação e frequentemente empregam uma abordagem qualitativa. Segundo Vergara (2005), a pesquisa exploratória visa contribuir trazendo informações sobre um problema, de modo a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses que ajudem no contexto da pesquisa.

Na primeira etapa, foi realizada uma revisão sistemática da literatura utilizando bases de dados acadêmicas como Scielo, BVS e Google Scholar. As palavras-chave empregadas incluíram “agricultura familiar”, “vigilância em saúde”, “saúde rural”, “riscos ocupacionais” e “políticas públicas de saúde”. Foram selecionados estudos publicados nos últimos dez anos que abordam a saúde ocupacional dos trabalhadores rurais, a aplicação de vigilância sanitária no contexto agrícola e os impactos dos fatores ambientais na saúde das populações rurais. O objetivo foi identificar as principais contribuições teóricas, lacunas no conhecimento e os desafios apontados pela literatura existente.

Na segunda etapa, foi conduzida uma análise documental de programas e políticas públicas relacionados à vigilância em saúde no contexto da agricultura familiar. Foram analisados relatórios, normativas e documentos de instituições governamentais, como o Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A análise focou em programas voltados para a promoção da saúde e segurança do trabalhador rural, bem como iniciativas de monitoramento de riscos ambientais e ocupacionais. Os documentos foram avaliados em termos de sua estrutura, eficácia e implementação, conforme relatado em estudos já publicados.

A triangulação dos resultados da revisão bibliográfica com a análise documental permitiu uma visão abrangente sobre os desafios da vigilância em saúde na agricultura familiar. Esse enfoque metodológico foi escolhido para fornecer uma compreensão robusta, baseada em fontes secundárias, sobre as políticas e práticas vigentes, sem a necessidade de intervenções diretas em campo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A revisão sistemática incluiu um total de 32 artigos publicados entre 2013 e 2023, que abordam temas relacionados à vigilância em saúde na agricultura familiar, saúde ocupacional, riscos ambientais e políticas públicas no setor agrícola. Esses artigos foram selecionados a partir de bases como Scielo, PubMed e Google Scholar, utilizando os seguintes critérios: relevância ao tema, rigor metodológico e publicações indexadas em periódicos de reconhecida qualidade acadêmica.

A literatura oferece contribuições significativas sobre os riscos à saúde enfrentados pelos trabalhadores da agricultura familiar, especialmente no que se refere à exposição a agrotóxicos e às condições de trabalho inadequadas. Estudos como o de Pignati et al. (2022) e Carvalho et al. (2023) destacam que a exposição contínua a substâncias químicas, associada à falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) e à escassa orientação sobre o uso seguro de agrotóxicos, contribui para a alta prevalência de doenças ocupacionais nas áreas rurais.

Além disso, Gomes e colaboradores (2023) apontam que o acesso limitado aos serviços de saúde nas zonas rurais agrava a situação dos agricultores, dificultando o diagnóstico precoce e o tratamento de doenças relacionadas ao trabalho agrícola. Esses estudos ressaltam a necessidade de políticas públicas mais inclusivas que atendam às especificidades da população rural. Apesar da crescente preocupação a respeito do tema, é preciso destacar que ainda há pouca atenção em relação aos impactos de longo prazo da exposição a agrotóxicos. A maioria dos estudos concentra-se nos efeitos imediatos, como intoxicações agudas e sintomas relacionados ao contato direto com substâncias químicas, negligenciando os efeitos crônicos e cumulativos ao longo dos anos.

Os efeitos a curto prazo, como náuseas, tonturas e problemas respiratórios, são mais evidentes e fáceis de identificar. No entanto, os impactos de longo prazo, que podem incluir doenças neurodegenerativas, cânceres e problemas reprodutivos, não recebem a mesma atenção. Estes efeitos muitas vezes só se manifestam anos após a exposição prolongada,

dificultando a associação direta com o uso de agrotóxicos (Nogueira, Szwarcwald, Damacena, 2020).

A exposição crônica a baixas doses de agrotóxicos pode levar a consequências graves, como distúrbios endócrinos, infertilidade e malformações congênitas. No entanto, a falta de estudos longitudinais dificulta a avaliação da real extensão desses danos à saúde ao longo do tempo. Além disso, agricultores e suas famílias, que frequentemente residem próximos às áreas de cultivo, estão expostos não apenas por meio da aplicação direta, mas também por vias ambientais, como a contaminação do solo e da água (Magalhães et al., 2022; Lopes e Albuquerque, 2018).

Quanto a eficácia de programas de vigilância em saúde na agricultura familiar, existem poucos estudos avaliando a implementação e os resultados de programas governamentais em diferentes regiões, o que dificulta uma análise abrangente sobre a efetividade dessas iniciativas. Muitos artigos abordam apenas aspectos isolados, como o uso de agrotóxicos ou as condições de trabalho, sem integrar as múltiplas dimensões (ambiental, ocupacional e social) que afetam a saúde dos trabalhadores rurais (Pignati, 2022).

As políticas públicas voltadas à vigilância em saúde na agricultura familiar desempenham um papel crucial na promoção da saúde e segurança dos trabalhadores rurais. Entre as principais iniciativas, destacam-se a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), que estabelece diretrizes para a proteção e promoção da saúde no ambiente de trabalho, abrangendo também os agricultores familiares, e o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), que visa a diminuição do uso de agrotóxicos por meio da promoção de práticas agrícolas sustentáveis. Além disso, o Programa de Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat) foca no monitoramento das condições de trabalho e na prevenção de doenças ocupacionais. Embora essas políticas representem avanços significativos, desafios persistem em sua implementação, especialmente em áreas remotas, onde a fiscalização é limitada e o acesso aos serviços de saúde é restrito (Brasil, 2012).

A análise dessas políticas para este estudo foi feita por meio da comparação entre os objetivos declarados nos documentos oficiais e os resultados relatados em artigos revisados, como o estudo feito por Leite e Leite (2022). O estudo identifica falhas significativas na implementação, especialmente em relação ao alcance e à fiscalização das iniciativas. Além disso, o estudo enfatiza a necessidade de um enfoque mais inclusivo e eficiente, que considere as especificidades da agricultura familiar e as realidades enfrentadas por pequenos

agricultores, para que as políticas realmente promovam a segurança alimentar e nutricional no país.

Constatou-se que, embora os programas abordem as principais preocupações relacionadas à saúde ocupacional na agricultura familiar, a implementação de tais políticas apresenta falhas significativas, especialmente no que se refere ao alcance e à fiscalização. Essas lacunas são particularmente evidentes, uma vez que muitos pequenos agricultores permanecem sem acesso adequado aos recursos e informações necessários para proteger sua saúde, resultando em subnotificação dos riscos ocupacionais e das doenças relacionadas à atividade agrícola. Estudos indicam que a falta de supervisão eficaz e a ausência de mecanismos de monitoramento comprometem a efetividade das políticas, dificultando a identificação e a mitigação dos riscos à saúde dos trabalhadores rurais. Dessa forma, para que as políticas cumpram seu papel na promoção da segurança alimentar e na proteção da saúde ocupacional, é imprescindível o estabelecimento de estratégias mais robustas de fiscalização e maior envolvimento das comunidades agrícolas (Goulart, Vieira e Bittencourt, 2021; Arruda, Mascarenhas e Oliveira, 2023).

Os resultados indicam que, embora existam políticas públicas bem estruturadas para lidar com os riscos de saúde na agricultura familiar, a efetividade dessas iniciativas ainda é limitada. A fragmentação na implementação e a ausência de mecanismos robustos de monitoramento impedem que muitos agricultores se beneficiem plenamente dessas políticas. Além disso, a falta de treinamento e recursos adequados nas regiões rurais continua sendo um dos principais desafios para melhorar a vigilância em saúde nesse setor. A promoção de práticas agrícolas seguras e sustentáveis, aliada à expansão do acesso a serviços de saúde, são passos cruciais para enfrentar esses desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada, fica claro que, embora as políticas públicas voltadas para a vigilância em saúde na agricultura familiar representem um avanço significativo na promoção da saúde e segurança dos trabalhadores rurais, há desafios estruturais e de implementação que ainda precisam ser superados. A falta de estudos de longo prazo sobre os impactos da exposição a agrotóxicos, a dificuldade de acesso a serviços de saúde especializados nas áreas rurais e a limitada fiscalização das condições de trabalho revelam lacunas que demandam uma atenção mais aprofundada. Para garantir a efetividade dessas políticas, é necessário fortalecer o monitoramento, ampliar a educação sobre práticas

agrícolas seguras e desenvolver novas pesquisas que abranjam os efeitos cumulativos da exposição a agentes químicos, considerando as realidades regionais e os contextos de vulnerabilidade dos agricultores familiares.

É essencial fortalecer a capacitação dos agricultores familiares, oferecendo treinamentos regulares sobre o uso seguro de agrotóxicos, alternativas sustentáveis e a importância dos equipamentos de proteção individual (EPIs). Programas de educação continuada poderiam ser implementados em parceria com universidades e centros de pesquisa locais, incentivando práticas agrícolas mais saudáveis e seguras. Além disso, a ampliação da cobertura e acessibilidade dos serviços de saúde nas zonas rurais é fundamental, incluindo unidades móveis de saúde ocupacional que ofereçam monitoramento regular da saúde dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- Arruda AFS, Mascarenhas GMA, Oliveira WH. A agricultura familiar como alternativa: em busca de segurança alimentar e nutricional. *Revista de Estudos Interdisciplinares* [Internet]. 2023;25(2). Disponível em: <https://doi.org/10.12957/irei.2023.57362>
- Brasil. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora*. Brasília: Ministério da Saúde; 2012.
- Carvalho CR, Silva MLC, Moreira LB. Combinação de agrotóxicos e trabalho rural: riscos e desafios para a saúde dos trabalhadores. *Rev Bras Saude Ocup*. 2023;48(1):45-58. doi: 10.1590/2317-63690002023117
- Cintrão RP. Segurança alimentar, riscos, escalas de produção - desafios para a regulação sanitária. *Vigilância Sanitária em Debate*. 2017;5(3):3-13. doi: 10.22239/2317-269X.00971
- Gil AC. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas; 2008.
- Gomes AS, Azevedo AS, Belforte MGS, Pereira SSS, et al. Impacto dos agrotóxicos à saúde dos trabalhadores rurais: revisão integrativa. *Revista ft*. 2023;27. doi: 10.5281/zenodo.7845980
- Goulart LN, Vieira DM, Bittencourt DMC. A rede da Política Nacional de Agricultura Familiar no Brasil. *Cad. EBAPE.BR*. 2021;19(1). doi: 10.1590/1679-395120190125
- Leite MLS, Leite JF. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. *R. Katál*. Florianópolis. 2022;25(3):528-538. doi: 10.1590/1982-0259.2022.e86341
- Lopes CVA, Albuquerque GSC. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. *Saúde Debate*. 2018;42(117): 518-534. Doi: 10.1590/0103-1104201811714

Maciel MDA, Troian A, Oliveira SV. Brasil do agro, país da fome: pensando estratégias para o desenvolvimento sustentável. *Espacio Abierto*. 2022;31(3):23-24.

Magalhães DL, Silva PM, Ferreira ST, et al. Acesso à saúde e qualidade de vida na zona rural. *Research, Society and Development*. 2022;11(3). doi: 10.33448/rsd-v11i3.26906

Nogueira FAM, Szwarcwald CL, Damacena GN. Exposição a agrotóxicos e agravos à saúde em trabalhadores agrícolas: o que revela a literatura? *Rev Bras Saúde Ocup*. 2020;45(36). doi: 10.1590/2317-6369000041118

Pignati WA, Lima JE, Gonçalves ER, Custodio A, Garcia VS. Exposição aos agrotóxicos, condições de saúde autorreferidas e Vigilância Popular em Saúde de municípios mato-grossenses. *CienSaude Colet*. 2022;27(1):131-44. doi: 10.1590/1413-81232022271.17642021.

Teixeira CFS. Desafios da vigilância em saúde no momento atual. *Rev SUS: Epidemiologia e Serviços de Saúde*. 2022;31(2). doi: 10.1590/S2237-96222022000200017

Vergara SC. *Métodos de pesquisa em administração*. 3. ed. São Paulo: Atlas; 2005.